

CORREIO BRAZILIENSE

Agosto será de confrontos no Senado

14 JUL 1988

JOÃO EMILIO FALCÃO
Repórter Especial

A crise política do Senado, existente porque nenhum grupo é majoritário, poderá ter graves desdobramentos a partir de agosto. Estão pendentes cinco questões consideradas extremamente delicadas, que dividem até mesmo as bancadas maiores, como PMDB, onde 17 são governistas e 17 antigovernistas, e PFL, que terá um líder e um porta-voz na tendência contrária.

A única conciliação possível foi obtida pelo presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), que chamou a atenção dos senadores para a repercussão negativa, no exterior, da obstrução na votação de 16 embaixadores. Assim mesmo, para que estas passassem, o Governo teve de aprovar a convocação do ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, para a CPI da corrupção e manter entendimentos com a OLP.

Há tênues esperanças de que o radicalismo possa diminuir de intensidade. Essas esperanças decorrem da atuação do novo líder do PMDB, senador Ronan Tito (MG). Ele procurou, de imediato, o Presidente da República para solicitar-lhe que evitasse declarações de ministro ofensivas aos senadores, como passo inicial do desanuviamento.

Menos de 48 horas depois da sua audiência com o Presidente, o líder Ronan Tito constatou como sua bancada está dividida e a existência de um grupo de senadores decididos a manter o confronto. Na bancada, o equilíbrio é perfeito, embora se admita que dois

ou três possam ficar mais simpáticos ao Governo.

Esse quadro ele reconheceu, com sinceridade, ao dizer em plenário que não poderia assinar um ofício confirmando o senador Saldanha Derzi (PMDB-MS) como líder da maioria porque a bancada estava dividida entre apoiar e fazer oposição ao Governo. Concordou em mudar o Regimento para que seja criada a figura de líder do Governo, indicado pelo Presidente da República. O projeto de resolução nesse sentido está parado porque alguns senadores apresentaram emendas com objetivo de retardar sua aprovação.

Na bancada, Ronan Tito teve de pedir calma ao senador Leite Chaves (PMDB-PR) que desejava relatar de imediato o recurso do senador Itamar França (MG) à Comissão de Justiça para impedir a destituição do senador Carlos Chiarelli (RS), ex-líder do PFL, da Comissão de Fiscalização Financeira. Chiarelli, que preside a comissão, foi nela substituído pelo novo líder do PFL, Marcondes Gadelha (PB).

Chaves prometeu um grande parecer jurídico e anunciou revelações estaremcedoras mas não teve o apoio desejado. O próprio presidente da Comissão de Justiça, Alfredo Campos (PMDB-MG), advertiu para a delicadeza da consulta que, pelo Regimento, teria de ser respondida pela Comissão em 48 horas. Está lá, aguardando parecer, desde o início de junho.

A questão é politicamente difícil. Levantamento informal demonstra que, quando for votada em plenário, o Governo será derrotado. O presidente do PDS, senador Jarbas Pas-

sarinho (PA), muito influente, mesmo preocupado em não prejudicar o Governo já deixou claro seu voto favorável à permanência de Chiarelli. E que, a partir do momento de sua eleição para presidente, ele deixou apenas de representar um partido.

As maiores dificuldades estão, porém, na CPI da Corrupção. Os senadores mais ligados ao presidente Sarney ficaram profundamente irritados com o questionário que lhe foi dirigido pela CPI com base no Código de Processo Penal, art. 221. Acham uma provocação. Outros, como Passarinho, o classificam de inconveniente e desrespeitoso para com a condição de Presidente da República. Na própria CPI houve restrições.

Antes que surjam problemas mais delicados, como os depoimentos que serão prestados por Saulo Ramos (consultor-geral da República) e Jorge Murad (secretário particular e ex-genero do Presidente da República), a CPI enfrentará uma tempestade. Com a fundação do PSDB, sua composição tem, regimentalmente, de ser revista. O PMDB, hoje com seis representantes, passará a ter cinco, ficando o PSDB com o outro.

Acontece que dos seis indicados como representantes do PMDB, dois — José Ignácio (ES) e José Paulo Bisol (RS) — assinaram a fundação do PSDB. Teoricamente um deles tem de perder o lugar, sendo substituído por um do PMDB, da ala governista, que se considera prejudicada pelo ex-líder Fernando Henrique (SP), hoje no PSDB.

Os governistas desejam a substituição de Jos, e Ignácio na presidência da CPI, mas isto não será fácil. Ele será mantido na comissão pelo PSDB e tem os votos da maioria de seus integrantes. Há, também, a possibilidade de novo recurso à Comissão de Justiça, como fez Itamar França em relação a Carlos Chiarelli.

Além dessas pendências há diversas outras menores, também fontes de atrito. Estão em pauta cinco requerimentos de informações que, de acordo com resolução apresentada pelo senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), têm de ser aprovados pelo plenário. Esse fato — a aprovação do plenário — facilita o processo de responsabilidade do ministro que não respondeu-lo.

Há dezenas de pedidos de empréstimos de municípios e Estados parados porque os antigovernistas alegam, ao obstruir, a discriminação contra os governadores que não apóiam o Presidente da República. A acusação é desmentida pelo Governo. O líder do PFL, Marcondes Gadelha, já desafiou a que provassem a discriminação. Ninguém aceitou a luvva, mas a obstrução continua.

A crise política do Senado tem, ainda, vários outros componentes. Nos próximos dias será formalizada a divisão do PFL. Os dissidentes, liderados pelo senador Marco Maciel (PE), presidente do partido, indicarão um porta-voz do grupo, que, lógico, não será aceito pela liderança do PFL. O fato somente aumentará o confronto entre os grupos no Senado, que nunca esteve tão belicoso.